

HABEAS CORPUS Nº 493.002 - PE (2019/0040113-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA PEREIRA RUSSELL WANDERLEY - PE047271
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : RONALDO JOSÉ DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RONALDO JOSÉ DE SOUZA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 100):

PENAL E PROCESSUAL PENAL HABEAS CORPUS. ARTS. 33 DA LEI 11.343/06. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO. PEDIDO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE SUBSÍDIOS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Eventual excesso depende de exame acurado não somente do prazo legal máximo previsto para o término da instrução criminal, mas também dos critérios que compõem o princípio da razoabilidade (complexidade do processo, comportamento da parte e diligência da autoridade judiciária no impulso do processo penal), e que permitem a dilação desse prazo até o limite do razoável.

2. In casu, tem-se que a instrução já se encontra concluída, aguardando tão somente a juntada do Laudo Pericial definitivo para a abertura das alegações finais pelas partes e sucessiva prolação da sentença definitiva, encontrando-se os autos conclusos ao Ministério Público para se pronunciar acerca do pedido de liberdade provisória.

3. A alegação de ausência de fundamentação do decreto prisional não merece ser conhecida uma vez que o habeas corpus não foi instruído com elementos aptos à análise do pedido.

4. Pedido não conhecido acerca da ausência de fundamentação da prisão.

Ordem denegada quanto a alegação de excesso de prazo. Decisão

Unânime.

O impetrante alega, excesso de prazo para o fim da instrução criminal. Requer a concessão da ordem para a soltura imediata do réu.

O paciente foi preso em flagrante, na data de 1/6/2017, pela prática do crime de tráfico, tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, sendo apreendidas 157 gramas de cocaína e balança de precisão (fl. 79).

Na origem, consta acerca do o processo 003747-12.2017.8.17.0810 que em 13/11/2017 foi realizada audiência de instrução e julgamento, em 7/8/2018 foi renovado ofício para que o MP se manifestasse a respeito de pedido de revogação da prisão, com carga ao referido órgão em 7/1/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ademais, o necessário exame mais aprofundado da suficiência da cautelar ocorrerá de melhor modo diretamente na Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações sobre a ação penal de origem, especialmente com a juntada do decreto prisional.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator